

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO 100 ANOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Jorge da Rosa

Deixamos aqui registrado
Os nossos sinceros comentários
A realidade é dura, desumana...
No Direito Previdenciário

É preciso esclarecer para os juízes
Que suas decisões são especiais
Desta forma, é necessário valorizar
Os Direitos Humanos Fundamentais

É bom deixar escrito que:
O direito é
O que o juiz
Diz o que ele é

A concretude da coisa
Está na decisão
Por isto a sentença
É responsável pela vida do cidadão

A mudança do Direito Previdenciário
De acordo com o que o palestrante nos diz
Depende da mentalidade do responsável
Que é o juiz

O entendimento jurisprudencial
Deve ser realista
Os princípios e os valores do direito
São uma conquista

Nas decisões judiciais
Não deve haver preconceito
Julgar a homoafetividade com o pensamento de anos atrás
É de total desrespeito

Ocorre isso no Direito Previdenciário
Mas se um combatente não tem prova documental
Cabe a União
Provar que o pedido dele é ilegal

Se todo quartel
Foi para determinada missão
O combatente também foi

Conforme prevê o princípio da presunção

Uma certidão de casamento
Serve de prova documental
Caso no cartório foi registrado
Que o trabalhador era rural

Se o esposo prova
Que era trabalhador rural
A certidão de casamento
Serve para a esposa como prova documental

A desembargadora Maria Berenice Dias
Na questão da homoafetividade
Foi muito feliz na sua decisão
Contribuindo para o bem da sociedade

O trabalhador autônomo
Em geral
Ganha apenas para o seu alimento
Não contribuindo para Previdência Social

Isso é culpa do desemprego
Que no país está alastrado
Perdendo a Previdência Social
Os seus segurados

A sentença do juiz
Pode ser uma evolução
Dando ao caso concreto
Uma ótima contribuição

Há dois cachorros, um é a lei, o outro a justiça
Qual deles irá ganhar?
Sairá vitorioso
Aquele que o juiz alimentar

O magistrado
Não pode decidir com injustiça
Ele tem como obrigação
O compromisso com a justiça

Para que haja no Direito Previdenciário
A tão esperada evolução
Cabe aos magistrados e magistradas
Garantirem uma melhor decisão.

